

Isonomia

Nova mudança unilateral na implementação da isonomia prejudica aposentados

Sindicato segue cobrando cumprimento da proposta apresentada em 3 de julho deste ano.

A diretoria do STU voltou a cobrar a efetivação da proposta de retomada da isonomia dos pisos salariais com a USP apresentada pelo reitor José Tadeu Jorge em 3 de julho deste ano. A cobrança foi reforçada na reunião ocorrida em 11/11 com a DGRH.

A quarta referência da etapa 2013 do processo de equiparação salarial, efetivada no contracheque de outubro, não atingiu os aposentados.

Quando apresentou a proposta de retomada da isonomia, Tadeu foi cobrado quanto à extensão aos trabalhadores em inatividade e respondeu que todos seriam beneficiados. Em outras quatro oportunidades a reitoria foi expressa e insistentemente questionada e sempre informou que esta etapa alcançaria todos os funcionários - além de garantir uma progressão para todos os trabalhadores, também seria aplicada ao piso, garantindo uma quarta progressão de 5%.

Agora, segundo a coordenadora da DGRH, Maria Aparecida Quina de Souza, o procedimento seguiria o Comunicado ao STU datado de 24 de julho. O texto menciona a concessão de "01 referência para cada funcionário", "dentro do processo avaliatório".

A diretoria do STU considera tal argumento absurdo e infundado. A isonomia salarial não tem nenhuma vinculação com a política de avaliação de pessoal. O próprio Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas) reconheceu, no acordo assinado em 1991, que a iso-

nomia salarial nas universidades estaduais paulistas é um instrumento indispensável para o equilíbrio do sistema público universitário.

A tentativa da reitoria de vincular as duas questões é vista como uma manobra para ludibriar os trabalhadores. Primeiro a gestão Tadeu mudou unilateralmente o critério de equiparação do piso do nível médio, prometida para a data-base de 2014 e jogada para 2015. Agora, prejudica os aposentados.

Para evitar essa insegurança, a diretoria do STU solicita desde a reunião de 3 de julho a formalização por escrito da retomada da isonomia, o que a reitoria se nega a fazer.

A coordenadora da DGRH se comprometeu a buscar uma nova reunião, com a presença de Tadeu, o mais breve possível.

Auxílio alimentação para os aposentados

A diretoria do STU também voltou a cobrar a extensão do auxílio alimentação para os aposentados. A medida já vigora na Assembleia Legislativa do Estado, por exemplo, conforme documento protocolado junto à DGRH pelo sindicato e também pela Adunicamp.

A coordenadora de Recursos Humanos respondeu, no entanto, que o parecer da Procuradoria Geral prometido pelo reitor José Tadeu Jorge em reunião no dia 17 de setembro,

ainda não foi encaminhado ao órgão.

O sindicato considera a postura da reitoria um desrespeito com trabalhadores que dedicaram anos à construção da respeitabilidade da Unicamp.

Incentivo ao Trabalho Noturno

Outro ponto tratado na reunião foi a indexação do Incentivo ao Trabalho Noturno (ITN). Hoje o adicional é calculado com base nos valores salariais da antiga tabela (1-A) da carreira PAAEPE. Como os valores salariais de início de carreira passaram a ser equivalentes ao nível 1-E da tabela, o sindicato pleiteou a adequação do ITN. A DGRH informou que ainda não tem resposta sobre esse questionamento e prometeu apresentar uma definição na próxima reunião com a reitoria, ainda sem data.

Adicional para vigilantes e aposentadoria

O STU também questionou por que os trabalhadores estão sendo obrigados a comprovar tempo de contribuição para se aposentar. Antigamente, a própria Unicamp acessava estes registros pelo sistema Posto Prisma. A DGRH atribuiu o problema à suspensão, por parte do INSS, dos convênios que viabilizavam o Prisma em todo Brasil.

O STU enviará ofício cobrando a formalização desta esta mudança por escrito.

20 de Novembro: Marcha da Consciência Negra



No dia 20 (quarta-feira), acontece a Marcha Zumbi dos Palmares, a partir das 10 horas. A concentração para o ato será na Estação Cultural Antonio da Costa Santos (antiga Estação Cultura). A Marcha vai percorrer o Centro da cidade.

Em Campinas, o Dia Nacional da

Consciência Negra, 20 de novembro, é feriado desde 2002.

Em todo o país 1.047 municípios comemoram a data, que lembra o assassinato de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, em 1695. A comunidade de negros rebelados contra a escravidão liderada por Zumbi é o principal símbolo da resistência negra ao escravismo e da luta pela liberdade que ainda é um desafio no Brasil.

Hoje, segundo dados do DIEESE, um trabalhador negro ainda recebe em média 36% menos que um não negro para desempenhar as mesmas funções. As diferenças salariais e de oportunidades de trabalho são ainda maiores nos cargos de chefia.

Dia 23 tem manifestação pelo fim da violência contra a mulher



O STU irá participar da intervenção das mulheres que acontecerá no Logo do Rosário, no Centro de Campinas, no próximo dia 23, das 9 às 16 horas. A manifestação lembra o Dia Latinoamericano de Combate à Violência Contra a Mulher (25 de novembro).

Por isso, o sindicato convida a todos para a ação que terá diversas oficinas e apresentações culturais. Essa é uma maneira de aprofundar o debate

e apoiar o combate contra a crescente onda de violência arremetida às mulheres, que, só em Campinas, faz cerca de 20 vítimas por mês, de acordo com a Frente de Lutas Feministas.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2012, os registros de abusos sexuais superaram o número de homicídios dolosos (com intenção de matar) no país. Foram 50.617 novos casos, um aumento de 18,7% em relação a 2011.

O número de feminicídios (assassinatos de mulheres pelo simples fato de serem mulheres, com requintes de crueldade) também é assustador no Brasil. O país ocupa o 7º lugar nesse ranking macabro segundo o Mapa da Violência 2012. Foram pesquisados 84 países.

STU questiona mudanças no auxílio alimentação

No dia 1º deste mês a DGRH baixou a Instrução Normativa 006/2013, que suspende o pagamento do auxílio alimentação nas ausências e afastamentos por períodos superiores há 30 dias, como licenças médicas.

Novamente, sem nenhum debate prévio com a categoria, a reitor José Tadeu Jorge altera condições de trabalho estabelecidas ao longo de anos, e pior, caracterizando redução salarial - o que é inconstitucional.

O STU não aceita tal restrição, mesmo porque parte significativa dos afastamentos ocorrem em razão de doenças decorrentes do stress provocado pela dinâmica de trabalho na Unicamp. O Departamento Jurídico analisa as medidas cabíveis para impedir a retirada deste direito.

Ação contra perdas do FGTS

O Departamento Jurídico do STU está recebendo, até o dia 29 deste mês, a documentação necessária para dar entrada ao processo judicial de revisão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). É preciso que os trabalhadores interessados assinem as procurações dentro desse prazo. O atendimento é feito às segundas, terças e sextas-feiras das 10 às 16 horas; e quartas e quintas, das 12 às 16 horas.

O servidor deve apresentar os seguintes documentos: extrato analítico do FGTS (obtido junto à CEF); cópia do CPF, RG, comprovante de residência em nome próprio e do mês atual; cópia de todos os registros em carteira de trabalho desde 1999 e cópia da página da foto da CTPS (frente e verso).